



Ex-secretário da Capital é preso durante operação

A segunda fase da Operação Presságio foi deflagrada na manhã desta quarta-feira, 29, véspera de feriado, cumprindo quatro mandados de prisão preventiva e nove de busca e apreensão.

Entre os presos estão o ex-secretário de Turismo, Cultura e Esporte da Capital, Ed Pereira, o ex-servidor Lucas Rosa Fagundes, comissionado da fundação de esportes, o ex-assessor de Ed, Renê Justino, e Cleber Ferreira, ex-diretor financeiro da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis (Liesf). Detalhe que não passa despercebido é que todas as pessoas que foram presas hoje são próximas a Ed Pereira.

A decisão partiu de um pedido feito pela Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), que apura supostos crimes de fraude à licitação, corrupção passiva, corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, emissão de notas fiscais frias e organização criminosa envolvendo a pasta comandada por Ed.

Em fevereiro, a primeira fase da operação, coordenada pela Polícia Civil, investigou supostos crimes ambientais e de corrupção, que começaram ainda em 2021, após ser

constatado a poluição em um terreno na região central de Florianópolis. A empresa que fez o descarte incorreto do lixo foi contratada para substituir os servidores da Comcap durante uma greve. Porém, a empresa já buscava funcionários em Porto Velho para trabalhar em Santa Catarina antes mesmo de fechar o contrato, um dia antes da greve estourar.

Na época, uma ONG de Ed, chamada Bem Possível, também foi alvo da operação. Há alguns anos, a instituição já havia sido investigada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) por repasses irregulares de verbas. A suspeita é que ela estava sendo usada para repassar verbas ao ex-secretário no esquema de corrupção da empresa de lixo. A esposa de Ed, Samantha Brose, também teve o nome envolvido na primeira fase.

Figura conhecida na Capital, principalmente no meio da cultura e esporte, Ed era nome cotado para concorrer como vice de Topázio nas eleições de outubro. O rapaz vinha se destacando, realizando um trabalho que chamava atenção na cidade. Agora, vai precisar se explicar.

Unanimidade no TSE

Após vencer em Santa Catarina, a deputada Luciane Carminatti (PT) conseguiu uma nova vitória agora no Tribunal Superior Eleitoral em um processo relativo à campanha eleitoral de 2022. Os ministros decidiram como improcedente o recurso do Ministério Público Eleitoral de Santa Catarina. O placar do julgamento, na noite da última terça-feira (28), fechou em 7 a 0 em favor da parlamentar, repetindo o resultado da instância estadual.

Participaram da sessão a Ministra Cármen Lúcia Rocha Antunes, o ministro Kassio Nunes Marques, o ministro Raul Araújo, a ministra Maria Isabel Gallotti Rodrigues, o ministro Floriano Peixoto de Azevedo



Marques Neto e o ministro André Ramos Tavares. O presidente Alexandre de Moraes não esteve presente por motivos pessoais, sendo substituído por Gilmar Mendes. Em janeiro deste ano, a Procuradoria-Geral Eleitoral já havia se manifestado confirmando a decisão do TRE/SC que julgou improcedente o processo.

Reajuste

Mais um município de Santa Catarina aprovou em sessão na Câmara de Vereadores o reajuste de salário dos agentes públicos. Desta vez, foi Criciúma. De acordo com o presidente da Casa, o vereador Pastor Jair (PL), não haverá aumento, só a correção do INPC. Assim, a partir de 2025, prefeito, vereadores e secretários municipais criciumentes passarão a receber mais.

Leilão

O Governo de Santa Catarina, por meio Secretaria da Administração, realizou o balanço do primeiro leilão público de veículos, equipamentos, mobiliários e bens de consumo inservíveis de 2024. Foram vendidos 300 dos 301 lotes disponíveis, arrecadando um total de R\$ 5.155.273,00. Todos os recursos serão destinados ao fundo patrimonial do Estado, para investimento em ações que promovam a melhoria e a eficiência da gestão patrimonial. O leilão foi realizado em maio, na modalidade online.

Correção

Na última semana, a nota intitulada Agência Senado colocou Rafael Vitale como diretor geral da Arteris Litoral Sul. Na verdade, Rafael Vitale é diretor da ANTT.

Adiado

Atendendo a um requerimento do deputado Pepê Collaço (PP), será enviado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) o Projeto de Lei, de autoria do Governo do Estado, que autoriza-o a capitalizar a previdência social do Estado com recursos provenientes da alienação, cessão, concessão e autorização de uso de imóveis públicos. Informações de bastidores dão conta de que o adiamento não foi bem recebido por alguns parlamentares. Com a decisão, a votação deve ser adiada por uma semana, prazo estipulado para o diligenciamento à procuradoria.

Passo tímido

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que cria a nova política automotiva brasileira, o Mover, e acaba com a isenção tributária para compras internacionais de até US\$ 50, ao taxá-las com 20% de Imposto de Importação. A medida, de acordo com a Federação das Indústrias de SC (FIESC) e entidades nacionais representativas do setor produtivo, como as confederações da Indústria (CNI), Comércio (CNC) e Agricultura (CNA), representa um passo bastante tímido na direção da isonomia tributária, ainda insuficiente para equilibrar a concorrência entre produtos brasileiros e importados. Entre os setores mais afetados estão os fabricantes e trabalhadores de produtos têxteis, confecção, calçados, artefatos de couro, de limpeza, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal, móveis, entre outros.